---

# EDITAL DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 – PMSJT

**(Processo Administrativo n.° 102/2026 )**

## AMPLA CONCORRÊNCIA

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO**, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 11.032/2023 e demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

## 1. DA LICITAÇÃO

**1.1 OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação para **aquisição de equipamentos médicos e odontológicos, móveis, equipamentos eletrônicos e eletroeletrônicos**, destinados à estruturação e ao fortalecimento da rede municipal de saúde de São João do Triunfo/PR, conforme condições estabelecidas no Termo de referência, Anexo I deste Edital.

**1.2 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:** Até às 07:59 horas do dia 04/12/2026.

**1.3 ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 08:00 às 08:59 horas do dia 04/12/2026.

**1.4 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 09:00horas do dia 04/12/2026.

**1.5 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**1.6 MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO**

**1.7 LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA:** https://www.bll.org.br.

**1.8 REFERÊNCIA DE HORÁRIO:** Horário de Brasília/DF.

**1.9 INFORMAÇÕES:**

**1.9.1** Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente no Departamento de Licitações, Compras e Contratos, situado na Rua Tenente Cel. Carlos Souza, 312, Centro – São João do Triunfo Pr, E/OU por meio do Telefone (42) 3447-1222 – Ramais 211.

**1.9.2** Para acompanhar o processo licitatório, o proponente deverá acessar o site bllcompras.com/Home/Login – Acesso Público – Promotor São João do Triunfo.

**1.10 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

**1.10.1 O Pregão** será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET,** mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, por meio do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da BLL COMPRAS.**

**1.10.2** Os trabalhos serão conduzidos por **PREGOEIRO** do MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO – designado pela autoridade competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **BLL COMPRAS** (www.bll.org.br).

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**2.1** Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas especializadas do ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital.

**2.2.** Nesta licitação de ampla concorrência, serão assegurados os benefícios dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (comprovação de regularidade fiscal tardia e critério de desempate/empate ficto) às MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e aos MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI) que declararem e comprovarem regularmente essa condição, observado o limite disposto no art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

**2.3 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no endereço https://(www.bll.org.br), para acesso ao sistema e operacionalização.**

**2.3.1** A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS TÉCNICOS QUE INVIABILIZEM O CADASTRO DO FORNECEDOR NA PLATAFORMA BLL COMPRAS A TEMPO DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, BEM COMO POR ORIENTAR O SISTEMA. DESTE MODO, RECOMENDA-SE QUE OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME, EFETUEM O CADASTRO O MAIS BREVE POSSÍVEL, DE MODO A EVITAR TRANSTORNOS POR QUESTÕES RELATIVAS À INTERNET OU À INCOMPATIBILIDADE DE *HARDWARE*, *SOFTWARE* OU QUAISQUER OUTRAS QUESTÕES QUE POSSAM PREJUDICAR A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTE. EM CASO DE DÚVIDA, O LICITANTE DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO DIRETAMENTE COM A PLATAFORMA **BLL COMPRAS**.

**2.3.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada – diretamente ou por seu representante – no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do processo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.**

**2.4** Não poderão participar desta Licitação os fornecedores:

**2.4.1** Que não atendam às condições deste Edital de Licitação e seu (s) anexo (s);

**2.4.2** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.4.3** Que se enquadrem nas seguintes vedações:

**a)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**b)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável;

**c)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**d)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo licitatório ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**e)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**f)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**g)** agente público do órgão ou entidade licitante.

**2.4.3.1** Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.4.3.2** Aplica-se o disposto no item "c)" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

**2.4.3.3** A vedação de que trata o item "g)" estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.4.4** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

**2.5** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16, da Lei nº 14.133/21.

**2.5.1** Em sendo permitida a participação de cooperativas, poderão ser estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

**2.6.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, através do telefone (41) 3097-4600 ou e-mail contato@bll.org.br.

## 3. DO INGRESSO NO PREGÃO ELETRÔNICO E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

**3.1** O ingresso do fornecedor na disputa do Pregão Eletrônico se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma desta Seção.

**3.2** Após a divulgação do Edital de Pregão Eletrônico, o licitante interessado deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca/modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**3.3** No cadastramento da proposta inicial, o licitante apresentará declaração de que:

**3.3.1** A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.3.2** Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4** O licitante organizado em **cooperativa** deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5** O fornecedor enquadrado como ME, EPP, MEI ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3°, da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.6** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**3.7** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**3.7.1** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.8** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.9** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**3.10** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**3.11** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.12** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

**3.13** Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

**3.13.1** Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste edital.

**3.13.1.1** Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital de Licitação;

**3.13.2** O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

**3.13.3** O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Edital.

## 4. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FASE DE LANCES

**4.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**4.2** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**4.2.1** O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

**4.3** O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**4.3.1** O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como **"lances intermediários"** para os fins deste Edital de Licitação.

**4.3.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de no mínimo R$ 0,01 (um centavo).

**4.4** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**4.5** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a **20 (vinte) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **03 (três) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema.

**4.6** Para o envio de lances, será adotado o modo de disputa **"aberto e fechado"**, em que os participantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**4.7** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**4.8** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**4.8.1** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**4.9** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**4.10** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo

**4.11** Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

**4.12** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**4.13** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**4.14** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**4.15** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**4.16** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

**4.16.1** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

**5.1** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**5.2** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**5.2.1** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**5.2.2** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**5.2.3** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento do Pregão Eletrônico.

**5.3** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance e o **catálogo/prospecto com a ficha técnica do equipamento, devendo estes documentos demonstrarem claramente as especificações técnicas**, **Registro na Anvisa**, e, se necessário, de documentos complementares.

**5.3.1** Anexar com a proposta as comprovações exigidas na descrição do item, no anexo I, Termo de referência do edital.

**5.3.1.1**. Os documentos deverão estar válidos, quando aplicável, e conter identificação clara do modelo e características técnicas do equipamento ofertado.

**5.3.2.** A documentação prevista no subitem anterior deverá corresponder aos produtos efetivamente ofertados, devendo permitir a identificação de sua compatibilidade com a descrição e as características técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**5.3.3 –** O prazo para envio da proposta final, com o último lance proposto, será estabelecido pelo Pregoeiro, na própria sessão.

**5.4** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.

**5.5** Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

**5.5.1** Contiver vícios insanáveis;

**5.5.2** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no aviso de licitação ou em seus anexos;

**5.5.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.5.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.5.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

**5.6** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**5.6.1** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços – global ou unitário – simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**5.7** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**5.8** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**5.9** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**5.10** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

**5.11** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Licitação.

## 6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 Definido o resultado do julgamento, após a verificação de conformidade da proposta de que trata o Item 5 deste Edital, o Pregoeiro solicitará a documentação de habilitação disposta neste Edital ao(s) licitante(s) vencedor(es) do(s) item(ns).

6.1.1. Será concedido o prazo máximo de **02 (DUAS) HORAS** a contar da convocação do Pregoeiro, a qual será realizada via sistema, através do chat do pregão, para que o licitante vencedor do item apresente os documentos de habilitação relacionados neste edital.

**6.2 Habilitação Jurídica:**

**a)** Para **Empresário Individual**: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b)** Para **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

**c)** Para **Sociedade Cooperativa**: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**d)** Para **Sociedades Civis**: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

**e)** Para **Sociedades Comerciais**: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado);

**f)** Para **Sociedades por Ações**: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**6.2.1** Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este dever estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

**6.2.2** Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar os documentos pelo participante.

**6.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

**6.3.1** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica** (CNPJ);

**6.3.2** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – **CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;**

**6.3.3** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Estadual**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante **– CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;**

**6.3.4** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Municipal**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;**

**6.3.5** Prova de regularidade fiscal perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal
**– CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;**

**6.3.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A

da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;**

**6.3.7** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**6.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

**6.4.1 Certidão negativa de falência**, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão pública, salvo se o documento tiver validade expressa superior.

**6.5. Qualificação técnica:**

**6.5.1.** Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já forneceu equipamento(s) com características semelhantes com as exigidas no Termo de Referência.

O(s) atestado(s) deverá(ão):
a) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão ou empresa declarante, datado(s) e assinado(s) por representante legal ou servidor responsável;
b) conter a identificação do emitente (razão social, CNPJ, endereço e telefone);

**6.5.2.** Para o Item 15 – Aparelho de Ar-Condicionado, a licitante deverá apresentar Certidão de Registro da empresa e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT/CFT) da região da sede da licitante, dentro do prazo de validade. Caso a licitante vencedora seja sediada em outro Estado, deverá apresentar o respectivo visto junto ao conselho competente no Estado do Paraná como condição para assinatura do contrato ou início da instalação.

**6.5.2.1.** A licitante deverá comprovar o vínculo do responsável técnico com a empresa, mediante registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços, acompanhado da respectiva documentação de responsabilidade técnica perante o conselho profissional competente.

**6.5.2.2.** Para o Item 15, deverá ser apresentada comprovação de experiência anterior compatível com os serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, mediante Atestado de Capacidade Técnica, acompanhado do respectivo documento de responsabilidade técnica.

**6.5.2.3.** A empresa vencedora deverá apresentar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, conforme o conselho profissional competente, referente aos serviços de instalação do equipamento, previamente ao início da execução dos serviços.

**6.5.3.** Para o fornecimento dos produtos correspondentes aos itens 4, 6, 8, 9, 10, 11, 16 e 17, a licitante deverá apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, emitida pela ANVISA, com atividade compatível com a distribuição dos produtos para saúde objeto da contratação, admitindo-se, para sua comprovação, a respectiva publicação no Diário Oficial da União ou consulta à base oficial da ANVISA, desde que seja possível verificar a situação da autorização e sua titularidade.

**6.5.4.** Para o fornecimento dos produtos correspondentes aos itens 4, 6, 8, 9, 10, 11, 16 e 17, a licitante deverá apresentar Licença Sanitária, expedida pelo órgão sanitário competente, dentro do prazo de validade e compatível com a atividade desenvolvida e com os produtos objeto da contratação.

**6.6. Outras comprovações:**

**6.6.1** Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal, por contador ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até **90 (noventa) dias** a contar da data de emissão.

**6.6.2** Declaração de Responsabilidade Unificada, constante no **Anexo III** do presente instrumento.

**6.6.2.1** Em caso de incongruências no documento apresentado/anexado, o **Pregoeiro** poderá diligenciar a fim de solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma BLL, quanto às declarações contidas no referido termo;

**6.6.2.2** O prazo para a manifestação indicada no subitem anterior será informado pelo **Pregoeiro** na Plataforma BLL;

**6.6.2.3** Manifestações encaminhadas fora do prazo estipulado no subitem anterior serão desconsideradas;

**6.6.3 Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma BLL.**

**6.7 Habilitação imediata dos Arrematantes**

**6.7.1** Os licitantes encaminharão os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema, devendo realizar upload dos documentos relacionados nos itens 6.2 a 6.5 deste edital, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, que servirão para adjudicação, bem como para justificativa de possíveis inabilitações.

**6.7.2** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.7.2.2** Documento ausente, que atesta condição de habilitação preexistente a abertura do certame, deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.

**6.7.3** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, mesmo após as devidas diligências, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta em conformidade com o edital.

**6.7.4 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.**

## 7. CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

**7.1** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo.

**7.1.1** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**7.1.2** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Negativa de Débitos e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**7.2.** A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

**7.3** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em contratações públicas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**7.3.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o participante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**7.3.2** A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

**7.4** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Licitação e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**7.5** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**7.6** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**7.6.1.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**7.7** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

## 8. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**8.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos.

**8.2** As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados por meio eletrônico, em campo específico da plataforma BLL, em **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.**

**8.3** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**8.3.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**8.4** O Pregoeiro deverá julgar as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento em até **03 (três) dias úteis**, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, podendo, para tanto, requisitar subsídios formais ao setor técnico competente.

**8.5** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada pelo sistema e vinculará os participantes e a Administração.

**8.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitando o disposto no §1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

## 9. DOS RECURSOS

**9.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual o licitante poderá, exclusivamente via Sistema BLL, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recurso.

**9.2.1** Caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**9.2.2** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

**9.3** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões recursais, exclusivamente pelo sistema eletrônico (no campo “Interp. Recursos”).

**9.4** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, também exclusivamente pelo sistema eletrônico (no campo “Contrarrazão”), assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, submeter o processo à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

**9.6** Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela proponente.

**9.7** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.8** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**10.1** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo encaminhado o processo para adjudicação e homologação do resultado pela Autoridade Superior.
**10.2** O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Município.
**10.3** A partir do ato de homologação, será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, bem como para sua retirada no Departamento de Licitações, Compras e Contratos, respeitada a validade de sua proposta.

## 11. DA CONTRATAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

**11.1** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**11.2** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**11.2.1** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**11.3** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitido pela empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**11.3.1** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.3.2** A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos;

**11.3.3** A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138, da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**11.4** O **prazo de vigência** da contratação será de até **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável conforme previsão nos anexos a este instrumento.

**11.5** O pagamento será efetuado na forma disposta no **item 10** do termo de referência, Anexo I deste edital.

**11.6** Os custos das aquisições resultantes da presente licitação serão cobertos com recursos provenientes das seguintes Dotações Orçamentárias:

✓ Recursos Orçamentários: Fundo Municipal de Saúde de São João do Triunfo
CNPJ: 09.285.785/0001-60
Secretaria de Saúde

| Despesa | Organograma | Funcional | Natureza da despesa |
|---|---|---|---|
| 55 | 04.002 | 10.301.0003.1085 | 4.4.90.52.00.00 |
| Recurso: 00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) | | | |

Recurso: 02500 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - ESTADUAL

**11.7** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

**11.8** As notas fiscais deverão ser emitidas com as informações contidas na Nota de Empenho.

**11.9** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

**11.9.1** Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, doart. 25, da Lei nº 14.133/2021.

## 12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1** Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**12.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**12.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**12.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;

**12.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**12.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**12.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**12.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução do contrato;

**12.1.9** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**12.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**a)** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**12.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

**12.1.12** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**a)** Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

**b)** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

**c)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12 deste Edital, bem como nos subitens 12.1.2 a 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

**d)** Multa:

**d.1)** moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**d.1.1)** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

**d.2)** compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

**12.4** Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156,§7º).

**12.4.1** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

**12.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

**12.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

**12.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa Contratada, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

**a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** As peculiaridades do caso concreto;

**c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** Os danos que dela provierem para o Contratante;

**e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**12.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).**

**12.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

**12.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.**

## 13. DA GARANTIA

13.3.1 A garantia deve cumprir rigorosamente ao previsto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**14.1** O Pregoeiro lavrará ata circunstanciada da sessão pública, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado no item 1.2.7, deste Edital.

**14.2** O procedimento será divulgado no BLL COMPRAS https://www.bll.org.br., e no Portal de Transparência do Município de São João do Triunfo – www.sjtriunfo.pr.gov.br.

**14.3** O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

**14.4** Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: (art. 71 da Lei 14.133/21)

**a)** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**b)** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**c)** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**d)** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**14.4.1** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**14.4.2** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**14.4.3** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**14.4.5** O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e os procedimentos auxiliares da licitação.

**14.5.** No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a data da abertura desta licitação;

b) Alteradas as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a realização do certame.

**14.6** As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**14.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**14.8** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.9** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

**14.10** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.11** Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

**14.12** Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro, na Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, Departamento de Licitações, Compras e Contratos, situado a Rua Tenente Cel. Carlos Souza, 312, centro – São João do Triunfo – PR.

**14.13** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

## 15. DA CLÁSULUA ANTICORRUPÇÃO

15.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o

equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## 16. DO FORO

16.1 O foro de cidade de São João do Triunfo, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

## 17. DOS ANEXOS

**17.1** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
b) ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO;
c) ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA;
d) ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO;
e) ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA.

São João do Triunfo, 16 de novembro de 2026.

MARIA ANGELICA GABRE HALILA:06714980965

Assinado de forma digital por MARIA ANGELICA GABRE HALILA:06714980965
Dados: 2026.11.16 10:03:19 -03'00'

**MARIA ANGELICA GABRE HALILA**
Secretária Municipal de Administração

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 – PMSJT**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 102/2026**

### 1. OBJETO

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de equipamentos médicos e odontológicos, móveis, equipamentos eletrônicos e eletroeletrônicos**, destinados à estruturação e ao fortalecimento da rede municipal de saúde de São João do Triunfo/PR, em atendimento às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde e às ações previstas nas Resoluções da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, que fundamentam o repasse dos recursos destinados à aquisição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2.** As especificações, unidades de fornecimento, quantitativos e valores estimados dos itens que compõem o objeto estão descritos na tabela a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | UNI. DE MED. | VALOR UNIT. R$ | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Armário com duas portas: corpo (laterais, base, prateleiras e fundos) confeccionado em madeira aglomerada 18 mm de espessura, revestimento dupla face em laminado melamínico de baixa pressão, bordas laterais com fita de PVC. Superfícies lisas e de fácil limpeza e desinfecção. Tampo superior confeccionado em madeira aglomerada de alta densidade com 25 mm de espessura, sistema postforming, bordas frontais 180º, bordas laterais em fita de PVC, revestimento melamínico. Fechadura frontal, tipo cilíndrico, dobradiças metálicas com abertura de 270º. Puxadores confeccionados em alumínio (acabamento fosco). 03 prateleiras internas, confeccionadas em madeira aglomerada 15 ou 18 mm, com revestimento melamínico e diversas regulagens de altura e dispositivo para fixação em aço trefilado. COR: branca. Medindo 1,60 M altura X 0,95 M largura X 0,50 M profundidade – podendo ter variação de +/- 10%. Garantia de fabricação de no mínimo 12 meses. | 8 | UNI | 935,24 | 7.481,92 |
| 2 | Balcão com duas portas confeccionado em madeira aglomerada 18 mm de espessura, revestimento dupla face em laminado melamínico de baixa pressão, bordas laterais com fita de PVC. Superfícies lisas, duradouras e de fácil limpeza e desinfecção. Tampo superior confeccionado em madeira aglomerada de alta densidade com 25 mm de espessura, sistema postforming, bordas frontais 180º, bordas laterais em fita de PVC, revestimento melamínico. Fechadura frontal, tipo cilíndrico, dobradiças metálicas com abertura de 270º. Puxadores metálicos (cromados). 01 prateleira interna, confeccionada em madeira aglomerada entre 15 e 18 | 8 | UNI | 637,80 | 5.102,40 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | mm, com revestimento melamínico e diversas regulagens de altura e dispositivo para fixação em aço trefilado. COR: branca. Medindo 95 cm de largura X 74 cm de altura X 50 cm de profundidade – podendo ter variação de +/- 10%. Garantia mínima de 12 (doze) meses. | | | | |
| 3 | Mesa com tampo confeccionado em madeira aglomerada de alta resistência e 25 mm de espessura, revestimento com sistema postforming 180º. Painel frontal confeccionado em madeira aglomerada de 15 mm de espessura, revestimento laminado melamínico de alta resistência, dupla face, baixa pressão. Coluna estrutural com passagem de acabamento confeccionada em chapa de aço, com tratamento antiferrugem e acabamento em pintura epóxi. Acabamentos arredondados. Com 02 gavetas com chave. Medindo aproximadamente 1,20 m de largura x 0,60 m de profundidade x 0,74 m de altura – podendo ter variação de +/- 10%. Garantia mínima de 12 (doze) meses. | 9 | UNI | 653,09 | 5.877,81 |
| 4 | Autoclave horizontal de mesa, com capacidade mínima de 42 litros. Controle totalmente automático, realizado por meio de microcontrolador. Seleção de temperatura: 120 a 134°C. Ciclo: até 60 minutos. Tempo de secagem: até 45 minutos. Precisão e controle da temperatura por resistência tipo PT 100. Sistema hidráulico e bomba de vácuo com filtro de bronze e elementos filtrantes em aço inoxidável. Válvula solenoide em latão forjado, tipo diafragma. Válvula de segurança construída em latão. Câmara em aço inoxidável, **com garantia mínima de 03 anos**, revestida externamente com material isolante ao calor, de modo a otimizar o consumo de energia e conservar a temperatura do ambiente. O abastecimento de água da câmara interna deverá ser automático, assim como o ciclo de funcionamento. Bandejas confeccionadas em aço inoxidável, totalmente perfuradas, permitindo adequada circulação de vapor. Tampa/porta em aço inoxidável laminado, **com garantia mínima de 03 anos**, dotada de anel de vedação em borracha de silicone resistente a altas temperaturas. Sistema de fechamento da porta com dispositivo que impeça o funcionamento do equipamento com a porta aberta, devendo ser construído de forma robusta e dotado internamente de rolamento de encosto que proporcione maior segurança e suavidade no manuseio. Cabos em baquelite, com isolamento térmico. Resistência em níquel-cromo, blindada em cabo de aço inoxidável. Gabinete em chapa de aço inoxidável reforçado, com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática externa e interna, com abertura para ventilação tipo veneziana. Deverá possuir chave | 5 | UNI | 7.684,46 | 38.422,30 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | liga/desliga, manômetro, display e teclas de controle. Sistema eletrônico de segurança para desligamento automático caso a temperatura exceda em 3°C a temperatura programada. Sistema mecânico e elétrico de segurança composto por válvula de alívio, fusível de proteção e termostato de segurança, para evitar a queima das resistências e dos materiais em caso de falta de água. Construída com base nas normas ASME e ABNT, devendo atender à Norma NR 13. Dimensões externas máximas: 44 x 56 x 78 cm. Dimensões internas mínimas: 30 x 60 cm. Quantidade mínima de bandejas: 02. Potência mínima: 2.400 W. Voltagem: 110 e/ou 220 V. **As demais peças e componentes deverão possuir garantia mínima de 18 meses.** | | | | |
| 5 | Balde cilindro porta detrito com pedal, capacidade mínima de 10 litros, em aço inoxidável, tampa acionada por pedal. Garantia mínima de 12 (doze) meses. | 12 | UNI | 160,00 | 1.920,00 |
| 6 | Consultório Odontológico, sendo, conjunto de equipamentos compatíveis e produzidos pelo mesmo fabricante, composto pelos componentes abaixo relacionados: Cadeira Odontológica. Estrutura fabricada em aço. Tratamento anticorrosivo. Pintura epóxi ou eletrostática lisa. Estabilidade estática e dinâmica em todas as posições de uso na sua capacidade máxima. Base c/ proteção em borracha ou material similar. Revestimento do estofamento em material PVC laminado, sem costuras, na cor verde clara. Proteção plástica p/ os pés do paciente. Braço da cadeira c/ formato e fixação que facilitem o acesso do paciente. Encosto da cabeça articulável, c/ movimento longitudinal. Acionamento através de comandos elétricos c/ atuadores hidráulicos ou motorredutores. Controle de pé (pedal) p/ os movimentos de subida e descida do assento e do encosto. Alimentação elétrica 110 e/ou 220 v (60 Hz). Resistência de carga mínima de 140 Kg. Fornecimento das informações técnicas necessárias à perfeita instalação do equipamento, incluindo as especificações relativas às alimentações elétricas, hidráulicas e pneumáticas. Fornecimento de manuais de operação e manuais de serviço c/ vista explodida e detalhamento das peças, principais defeitos e correções, c/ diagramas dos sistemas elétricos, mecânicos e hidráulicos. Garantia mínima do conjunto de 12 meses. Equipo odontológico tipo cart ou acoplado. (Tipo cart com estrutura montada sobre rodízios e tratamento anticorrosivo. Tipo Acoplado: braço articulado, com movimento horizontal, c/ batentes de fim de curso e movimento vertical). Três terminais, sendo 01 p/ micromotor, c/ spray (tipo borden), 01 p/ alta rotação (tipo borden) e 01 seringa tríplice. Suporte | 1 | UNI | 20.145,81 | 20.145,81 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | das pontas c/ acionamento individual e automático. Pintura epóxi ou eletrostática, totalmente lisa. Sistema de desinfecção de dutos de água e spray c/ válvula anti - refluxo. Pedal de acionamento do equipo com controle variável (progressivo da rotação dos instrumentos). Com caixa de ligação (distribuição), sendo as mangueiras arredondadas e lisas e contendo todos os acessórios necessários à sua instalação. Caixa de ligação (distribuição) independente da cadeira. Reservatório de água do equipo e sistema de desinfecção em material transparente ou translúcido, de no mínimo 500 ml. Bandejas removíveis de aço. Unidade auxiliar, acoplada à cadeira. Bacia da cuspideira removível, em porcelana ou cerâmica. Ralo separador de detritos, fixado à unidade de água ou à caixa de ligação, conectado à mangueira de sucção. Registro p/ acionamento da água da cuspideira, mínimo de 02 (dois) terminais de sucção, c/ diâmetro aproximado de 6,5 mm, c/ mangueiras e terminais lisos. Formas arredondadas; estrutura em alumínio ou aço, com proteção anti - corrosão. Pintura epóxi ou eletrostática, totalmente lisa. Garantia mínima de 12 (doze) meses. | | | | |
| 7 | Mocho Odontológico de Elevação do assento a gás através de alavanca na base do assento. Altura regulável. Encosto regulável com ajuste de aproximação. Base com 5 rodízios. Estofamento resistente e com base rígida. Revestimento em PVC sem costura. Espuma de densidade controlada. Garantia de 12 (doze) meses. | 7 | UNI | 456,80 | 3.197,60 |
| 8 | Caneta de alta rotação, com cabo invertido no mesmo sentido da cabeça, proporcionando maior visibilidade ao operador durante o procedimento cirúrgico. Cabeça mediana, com angulação de 45°. Alto torque. Confeccionada em alumínio anodizado, proporcionando leveza e excelente acabamento superficial, facilitando a desinfecção. Cabeça com linhas arredondadas. Baixo nível de ruído. Sistema de rolamentos apoiado. Rotação máxima de, no mínimo, 420.000 rpm. Fixação da broca por sistema saca-broca. Pressão: 30 a 40 psi. Registro na ANVISA. | 6 | UNI | 557,00 | 3.342,00 |
| 9 | Contra-ângulo Intra MX, com refrigeração externa ao corpo, acoplável ao micromotor com sistema Intra, no qual o torque e a rotação são transmitidos à broca por meio de conjunto de eixos e engrenagens, com razão de transmissão de velocidade 1:1. Corpo em alumínio anodizado, com giro livre de 360° sobre o micromotor. Ângulo de 20° entre o longo eixo e o pescoço da cabeça. Trava da broca por lâmina de aço deslocável lateralmente, em ângulo, com encaixe para adaptação ao canal da broca. Spray externo ao corpo. Conexão: Intra. Velocidade de rotação: deverá apresentar velocidade | 6 | UNI | 506,05 | 3.036,30 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | mínima de 3.000 rpm e atingir velocidade máxima de, no mínimo, 20.000 rpm, sendo admitidos equipamentos que apresentem faixa de rotação mais ampla, com limite inferior abaixo de 3.000 rpm e/ou limite superior acima de 20.000 rpm. Pressão de ar: 60 a 80 psi. Razão de transmissão de velocidade: 1:1. Autoclavável a 135°C. Registro na ANVISA. | | | | |
| 10 | **Micromotor Intra**, com refrigeração e spray externo ao corpo, por meio de mangueira siliconada. Confeccionado em alumínio anodizado, proporcionando leveza e excelente acabamento superficial, facilitando a assepsia e a desinfecção. Sistema Intra de encaixe rápido, permitindo giro de 360° das peças acopladas. Conexão tipo Borden (universal, 2 furos). Anel giratório acoplado ao corpo, permitindo a reversão da rotação. Baixo nível de ruído.**Velocidade de rotação:** deverá apresentar velocidade mínima de 3.000 rpm e atingir velocidade máxima de, no mínimo, 20.000 rpm, sendo admitidos equipamentos que apresentem faixa de rotação mais ampla, com limite inferior abaixo de 3.000 rpm e/ou limite superior acima de 20.000 rpm. **Pressão de ar:** 60 a 80 psi. **Razão de transmissão de velocidade:** 1:1. **Autoclavável:** até 135°C, por no mínimo 1.000 ciclos. Registro na ANVISA. | 6 | UNI | 502,20 | 3.013,20 |
| 11 | **Kit de materiais clínicos odontológicos**, composto pelos seguintes instrumentos e materiais: Cabo para espelho, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável; Espelho bucal nº 5, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável; Sonda exploradora nº 5, confeccionada em aço inoxidável, autoclavável; Sonda odontológica milimetrada OMS, confeccionada em aço inoxidável, autoclavável; Pinça para algodão, confeccionada em aço inoxidável, autoclavável; Espátula nº 01, confeccionada em aço inoxidável, autoclavável; Seringa Carpule com refluxo, confeccionada em aço inoxidável, autoclavável; Escavador de dentina nº 11, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável; Material para ART, composto por: Cortante de Black duplo nº 14/15; Espátula de plástico para ionômero; Aplicador de hidróxido de cálcio duplo, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável; Porta-matriz metálico Tofflemire adulto, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável; Tesoura Goldman-Fox reta, com 13 cm, confeccionada em aço inoxidável, autoclavável; Escavador de dentina nº 17, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável; Escavador de dentina nº 20, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável; Cabo de bisturi nº 3, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável; Hollemback 3S, confeccionado em aço inoxidável, autoclavável. | 80 | UNI | 216,44 | 17.315,20 |
| 12 | Aparelho de Televisão SMART TV 50 LED FHD ou | 5 | UNI | 2.633,05 | 13.165,25 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | superior, entrada USB e HDMI, com conversor digital integrado. | | | | |
| 13 | Computadores com estação de trabalho intermediária, mínimo de 8,0 Gb RAM – HD SSD 240 Gb – Monitor 21,5 com suporte ajustável de altura – sistema operacional MS Windows 8 ou superior. | 7 | UNI | 3.663,80 | 25.646,60 |
| 14 | Impressora Monocromática Laser/LED mínimo de 30 páginas por minuto (PPS). | 8 | UNI | 2.173,93 | 17.391,44 |
| 15 | Aparelho de ar condicionado, modelo Split Reverso, quente e frio, 220v, 12.000 BTUs (Sistema Inverter) – Com mão de obra de instalação e drenos e no mínimo 12 (doze) meses de garantia. | 6 | UNI | 3.547,40 | 21.284,40 |
| 16 | Eletrocardiógrafo digital destinado ao uso com computadores portáteis ou de mesa. Eletrocardiógrafo digital destinado à aquisição simultânea de 12 derivações, com interface para conexão a computador (desktop ou notebook). Equipamento externo ao computador, com conexão via USB ou tecnologia equivalente, destinado à captação e registro de sinais eletrocardiográficos. Deve permitir visualização, aquisição e armazenamento de exames em software próprio, com possibilidade de registro de dados do paciente, organização de exames e emissão de laudos e relatórios. O sistema deve possibilitar impressão do ECG por meio de impressora conectada ao computador, em tempo real ou posteriormente ao exame. Equipamento portátil, de fácil instalação e operação, compatível com sistemas operacionais Windows 10 ou superior, e uso em ambientes hospitalares e ambulatoriais. Deve atender à norma Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR IEC 60601-2-51 e possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Alimentação via USB ou sistema equivalente que dispense conexão direta à rede elétrica. | 3 | UNI | 5.873,20 | 17.619,60 |
| 17 | Dermatoscópio. Dermatoscópio portátil destinado à avaliação dermatológica, com sistema de ampliação óptica de aproximadamente 10x e lente com diâmetro compatível com uso clínico (aproximadamente 25 mm ou equivalente). Deve possuir sistema de iluminação em LED de alta intensidade, com opção de luz polarizada e não polarizada, permitindo avaliação clínica adequada de lesões cutâneas, com ou sem redução de reflexos superficiais. Equipamento com régua milimetrada para mensuração de lesões, alimentação por bateria recarregável com autonomia compatível com uso clínico e sistema de recarga bivolt automático ou equivalente. Deve ser portátil, de fácil higienização e adequado ao uso contínuo em ambiente clínico. | 1 | UNI | 3.557,44 | 3.557,44 |
| | | | | TOTAL: | 207.519,27 |

1.2.1. Os itens 1 a 5 deverão ser fabricados em conformidade com as normas técnicas da ABNT que estabeleçam requisitos técnicos para sua fabricação, características, segurança ou desempenho, conforme a natureza de cada produto.

### 1.3. Natureza da contratação

Os bens objeto desta contratação enquadram-se na categoria de **bens comuns**, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação tem por finalidade promover a **estruturação e qualificação da infraestrutura da Secretaria Municipal de Saúde e de suas unidades**, mediante a aquisição dos equipamentos, mobiliários e demais bens previstos nas Resoluções da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, contribuindo para a melhoria das condições de funcionamento dos serviços de saúde e para o atendimento adequado das necessidades da população.

Os quantitativos previstos correspondem às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde e aos bens contemplados na programação decorrente dos recursos estaduais destinados à aquisição, sendo a contratação realizada para o atendimento integral das demandas previstas neste processo.

### 1.4. Modalidade e critérios para a contratação

1.4.1. A contratação será realizada mediante **licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, com adoção do critério de julgamento de **menor preço por item**, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, e 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4.2. A habilitação dos licitantes observará os requisitos previstos no item 17 deste Termo de Referência, abrangendo a habilitação jurídica, a regularidade fiscal, social e trabalhista, a qualificação econômico-financeira e a qualificação técnica, observados os critérios e condições estabelecidos para cada modalidade de habilitação.

1.4.3. A licitante deverá informar, em sua proposta inicial e final, a marca e, quando existente, o modelo do bem ofertado. Para os bens de fabricação própria da licitante, deverá ser informada, no campo destinado à marca, a expressão "FABRICAÇÃO PRÓPRIA", podendo ser indicado o respectivo modelo, caso existente.

1.4.4. A licitação será realizada por item, para fins de disputa e julgamento das propostas, não caracterizando, contudo, fornecimento parcelado ou mediante solicitações sucessivas. Após a formalização dos respectivos instrumentos contratuais, os quantitativos previstos para cada item serão **fornecidos integralmente pelas empresas vencedoras**, observadas as condições, os prazos e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

A aquisição integral dos quantitativos decorre do planejamento previamente realizado pela Secretaria Municipal de Saúde e da finalidade dos recursos vinculados às Resoluções da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinados à estruturação dos serviços de saúde, de modo que os bens serão adquiridos conforme as necessidades de infraestrutura previamente identificadas e os quantitativos definidos para cada item.

### 1.5. Forma e critérios de seleção do fornecedor

**1.5.1.** A contratação será realizada mediante licitação com **ampla participação**, permitindo-se a participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e demais empresas que atendam às condições estabelecidas no instrumento convocatório, observados os benefícios e critérios de tratamento favorecido previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

**1.5.2.** Não será estabelecida exclusividade ou reserva de itens para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, considerando as características do objeto, a realidade do mercado fornecedor identificada na fase preparatória e a necessidade de assegurar condições adequadas de competitividade, economicidade e efetividade da contratação.

**1.5.3.** A opção pela ampla participação encontra fundamento no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, segundo os quais não se aplicam os tratamentos diferenciados previstos nos arts. 47 e 48 da referida Lei quando não houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, ou quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou puder representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

**1.5.4.** No presente caso, as pesquisas realizadas durante a fase preparatória, inclusive para levantamento de preços e identificação do mercado fornecedor, não evidenciaram a existência de quantidade mínima de 3 (três) empresas ME/EPP, sediadas local ou regionalmente, que simultaneamente atuem no fornecimento dos equipamentos e materiais pretendidos e apresentem condições de atender às especificações e demais exigências previstas para a contratação. Ressalta-se que a simples existência de empresas formalmente enquadradas como ME ou EPP na região não é suficiente, sendo necessário que sejam fornecedores competitivos e efetivamente aptos ao atendimento do objeto.

**1.5.5.** Registra-se, ainda, que a participação de empresas ME/EPP nas pesquisas de preços realizadas não permite concluir, por si só, que haverá participação efetiva de quantidade suficiente dessas empresas na futura licitação. A apresentação de orçamento constitui elemento da pesquisa de mercado e não representa compromisso ou garantia de participação no certame. Dessa forma, a Administração não dispõe de meios para assegurar previamente a existência de número mínimo de licitantes ME/EPP que efetivamente apresentem propostas e disputem os itens, razão pela qual a análise deve considerar as evidências objetivamente obtidas na pesquisa de mercado e no histórico das contratações realizadas pelo Município.

**1.5.6.** Além disso, a adoção de exclusividade ou reserva de participação para ME/EPP, especialmente em contratação que contempla equipamentos e materiais de diferentes características e especificidades técnicas, pode restringir significativamente o universo de potenciais fornecedores. Parte desses produtos possui mercado fornecedor mais concentrado, com participação de distribuidores especializados, representantes e empresas que comercializam equipamentos de fabricantes específicos, circunstância que recomenda a preservação da maior amplitude possível de competição.

**1.5.7.** A restrição indevida do universo de participantes poderá aumentar o risco de ocorrência de itens desertos ou fracassados, especialmente em relação aos equipamentos de maior especificidade técnica, o que poderá demandar a repetição de procedimentos licitatórios, prolongar o tempo necessário para disponibilização dos bens e ocasionar custos administrativos adicionais. A preocupação não decorre apenas da obtenção do menor preço, mas da necessidade de assegurar que a contratação seja efetivamente concluída e produza os resultados pretendidos pela Administração.

**1.5.8.** A não conclusão da contratação, por sua vez, poderá comprometer a disponibilidade de equipamentos e materiais necessários à estruturação e ao funcionamento dos serviços de saúde, inclusive daqueles vinculados às Unidades de Saúde do Município, afetando a capacidade de atendimento das demandas assistenciais da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.

**1.5.9.** Assim, considerando conjuntamente a realidade do mercado fornecedor identificada na pesquisa de preços, a ausência de comprovação de número mínimo de fornecedores ME/EPP competitivos e aptos ao atendimento integral das exigências, a impossibilidade de assegurar participação efetiva dessas empresas no certame e o risco de prejuízo à competitividade, à economicidade e à própria conclusão da contratação, entende-se que, neste caso concreto, a adoção de tratamento diferenciado mediante exclusividade ou reserva de itens para ME/EPP não se mostra vantajosa para a Administração, incidindo a hipótese prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

**1.5.10.** A adoção da ampla participação não implica impedimento à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que permanecerão habilitadas a disputar os itens em igualdade de condições com os demais potenciais fornecedores, fazendo jus aos benefícios legalmente assegurados pela Lei Complementar nº 123/2006, quando preenchidos os respectivos requisitos.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover a **adequação, estruturação e fortalecimento da infraestrutura da Secretaria Municipal de Saúde e das Unidades Básicas de Saúde – UBS do Município de São João do Triunfo/PR**, mediante a aquisição de mobiliário, equipamentos eletrônicos e eletroeletrônicos, equipamentos médico-hospitalares e equipamentos odontológicos necessários ao adequado desenvolvimento das atividades administrativas, assistenciais e de apoio realizadas na rede municipal de saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela gestão e execução das ações e serviços públicos de saúde no âmbito municipal, devendo assegurar condições adequadas para o funcionamento das unidades e serviços integrantes da rede municipal e para o desenvolvimento das atividades realizadas pelos profissionais de saúde. Nesse contexto, a disponibilidade de mobiliários e equipamentos compatíveis com as características e necessidades de cada ambiente constitui elemento necessário à adequada estruturação dos serviços.

A necessidade de contratação decorre da identificação de demandas relacionadas à infraestrutura atualmente disponível, especialmente quanto à insuficiência, complementação ou necessidade de substituição de determinados móveis e equipamentos, considerando as características dos ambientes, os serviços desenvolvidos e as necessidades específicas das unidades integrantes da rede municipal de saúde.

A insuficiência ou inadequação da infraestrutura pode dificultar o desenvolvimento das atividades administrativas, assistenciais e de apoio, limitar a utilização adequada dos espaços e equipamentos disponíveis e comprometer as condições de trabalho dos profissionais, com reflexos sobre a organização, eficiência e qualidade dos serviços disponibilizados à população.

Nesse contexto, a contratação encontra-se vinculada às programações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde para aplicação de recursos destinados à estruturação da rede municipal de saúde, conforme as finalidades estabelecidas nas **Resoluções da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA nº 773/2019**, vinculadas aos Protocolos nº **19.928.328-6** e nº **19.919.881-5**.

Por meio do Protocolo nº **19.928.328-6**, foi destinado ao Município o valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)** para aquisição e instalação de equipamentos destinados à UBS Central, USF Norte, USF Sul-Ladeira, USF Guaiaca, USF Rio Baio, UBS Vila Palmira e UBS Faxinal dos Andrades.

Por meio do Protocolo nº **19.919.881-5**, foi destinado o valor de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)** para aquisição e instalação de equipamentos destinados ao Centro Municipal de Saúde, USF Norte, USF Guaiaca, USF Rio Baio, UBS Vila Palmira e UBS Faxinal dos Andrades.

As programações apresentadas para obtenção dos recursos estaduais contemplaram previamente os equipamentos e respectivos quantitativos destinados às unidades de saúde indicadas. Dessa forma, os itens e quantitativos previstos nesta contratação decorrem do **planejamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde**, considerando as necessidades identificadas nas unidades beneficiadas e as finalidades estabelecidas para aplicação dos recursos estaduais.

A demanda objeto desta contratação não decorre de uma estimativa genérica de consumo, mas de **levantamento e planejamento prévio das necessidades de infraestrutura da rede municipal de saúde**, associado às programações apresentadas para obtenção dos recursos estaduais. Os quantitativos foram definidos considerando a estrutura existente, as necessidades de complementação ou substituição de bens e a finalidade específica de cada equipamento ou mobiliário previsto.

A solução consiste na aquisição dos bens identificados no levantamento das necessidades da rede municipal, contemplando itens destinados à organização e estruturação dos ambientes, ao suporte das atividades administrativas e ao desenvolvimento dos atendimentos e procedimentos realizados pelos serviços médico, odontológico e demais áreas assistenciais.

Os bens deverão ser fornecidos de acordo com as especificações técnicas e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, observadas as condições necessárias à sua adequada utilização. Quando houver previsão de instalação, montagem ou configuração, estas deverão ser realizadas conforme as condições estabelecidas neste instrumento e as recomendações do fabricante.

Conforme as características de cada item, deverão ser asseguradas as condições de garantia e assistência técnica estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente para os equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, de modo a preservar seu adequado funcionamento durante o período de garantia.

As duas programações foram consolidadas para fins de realização de uma única contratação, reunindo os itens e respectivos quantitativos previstos, sem prejuízo da identificação da origem dos recursos e da destinação dos bens às unidades contempladas em cada programação. A consolidação busca racionalizar o processamento da contratação, evitando a realização de procedimentos distintos para demandas de natureza semelhante e reduzindo a duplicidade de atividades administrativas relacionadas à instrução, licitação, contratação e acompanhamento dos fornecimentos.

Após o fornecimento e o respectivo recebimento pela Administração, os bens serão destinados às unidades e serviços definidos no planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, observada a finalidade estabelecida para cada aquisição e a vinculação dos recursos utilizados.

A aquisição dos bens previstos neste Termo de Referência constitui, portanto, medida necessária para viabilizar a aplicação dos recursos estaduais conforme as finalidades estabelecidas nas respectivas programações e para disponibilizar às unidades e serviços de saúde a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para a melhoria das condições de funcionamento da

rede municipal e para a continuidade, qualidade e eficiência dos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

## 3. SOLUÇÃO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, tendo como conclusão a realização de processo licitatório para a aquisição de equipamentos médicos e odontológicos, móveis, equipamentos eletrônicos e eletroeletrônicos, destinados à estruturação e ao adequado funcionamento das unidades e serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação tem por finalidade atender às necessidades de infraestrutura previamente identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante a aquisição dos bens e quantitativos definidos no planejamento, considerando as finalidades estabelecidas para aplicação dos recursos destinados à estruturação da rede municipal de saúde.

Deve-se considerar que a contratação, respeitada a isonomia entre os licitantes, visa selecionar as propostas mais vantajosas para a Administração, observando a qualidade e a adequação dos produtos às especificações estabelecidas, bem como os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

Assim, a contratação será realizada conforme o disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021, através de Pregão Eletrônico, pelo critério de julgamento de menor preço por item, sendo os quantitativos previstos para cada item adquiridos integralmente após a formalização dos respectivos instrumentos contratuais.

As empresas deverão informar, em suas propostas inicial e final, a marca e, quando existente, o modelo do produto ofertado, permitindo a identificação e a análise de compatibilidade do produto com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

## 4. PESQUISA DE PREÇO

A pesquisa de preços foi realizada por meio das seguintes fontes:

- Consulta ao sistema privado de pesquisa de preços “Banco de Preços”;
- Análise de resultado final de aquisição de outro ente público;
- Coleta de cotações junto a empresas do ramo pertinente ao objeto.

Os valores unitários encontram-se expressos em moeda corrente nacional (reais – R$).

Foi utilizado como referência valores de resultado final de aquisições similares celebrados pela Prefeitura de Jaguariaíva/Pr.

Foram utilizados como referência Atas/Contratos de aquisição destes mesmos itens celebrados pelas seguintes Instituições Públicas:

- MUNICÍPIO DE CÍCERO DANTAS/BA (ARP: 48/2026);
- MUNICÍPIO DE BANDEIRA DO SUL/MG (CONTRATO: 36/2026);

As cotações de mercado foram fornecidas pelas seguintes empresas:

- DAVID TIAGO FRANCO PAIS (MEI), CNPJ nº 59.212.384/0001-59;

- GUIMARÃES MICROCOMPUTADORES LTDA, CNPJ nº 78.728.375/0001-60

Para fins de estimativa do valor de referência para cada item, adotou-se a média aritmética simples dos valores válidos obtidos na pesquisa de preços, calculada mediante a soma dos preços coletados dividida pela quantidade de propostas coletadas, desconsiderados valores inexequíveis ou discrepantes, quando identificados.

**5. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Conforme pesquisa demonstrada no Mapa de Cotações, presentes no Termo de Responsabilidade pela Pesquisa de Preços, obteve-se o valor total estimado de R$ 207.519,27(duzentos e sete mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e sete centavos), sendo este o valor máximo de referência para a abertura dos lances, na fase de disputa do certame.

**6. VIGÊNCIA**

6.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

**7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**7.1. Subcontratação**

É proibida a subcontratação total ou parcial do objeto.

**7.2. Garantia da Execução**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**8. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**8.1. Da entrega na Secretaria de Saúde**

A entrega dos itens ocorrerá da seguinte forma:

| | |
|---|---|
| **PRAZO:** | 15 dias após o recebimento da solicitação de fornecimento. |
| **LOCAL:** | Sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Prefeito Pedro Furtado das Neves, 245, Centro, São João do Triunfo, Pr, CEP 84.150.000 |
| **HORÁRIO:** | Segunda à sexta-feira, entre às 08:00 e 16:00 horas. |
| **RESPONSÁVEL:** | Cassiano de Lara Budnheski |
| **TELEFONE:** | (42) 3140 0485 |

8.1.1. **Excepcionalmente para o Item 15 – Aparelho de Ar-Condicionado**, considerando a necessidade de execução dos serviços de instalação juntamente com o fornecimento do equipamento, o prazo para entrega e instalação será de **até 30 (trinta) dias** após o recebimento da solicitação de fornecimento ou instrumento equivalente.

8.1.2. Os itens 1, 2 e 3 deverão ser entregues e montados pela CONTRATADA no local indicado pela CONTRATANTE, estando incluídos no fornecimento todos os serviços, materiais, ferramentas e demais componentes necessários à montagem dos móveis, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

8.1.2.1. A montagem deverá ser realizada de forma adequada, observando as orientações do fabricante, devendo os móveis ser entregues em perfeitas condições de uso, estabilidade e acabamento.

**8.2. Do recebimento**

8.2.1. Os itens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo

acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e validade do equipamento e consequente aceitação.

8.2.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.2.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 9. EXECUÇÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas pessoas abaixo nominados.

| | | |
|---|---|---|
| **Gestor do contrato** | Nome: Wilian de Jesus Santos | Matrícula: 10.993 |
| **Fiscal do contrato** | Nome: Liliane Kieras de Oliveira | Matrícula: 4721 |
| **Fiscal substituto do contrato** | Nome: Adriano Stempinhaki | Matrícula: 8211 |

9.3. Caberá ao fiscal do contrato:

a) acompanhar a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, anotando no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

b) identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal deverá emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

c) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

d) no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal deverá comunicar o fato imediatamente ao gestor do contrato;

e) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

f) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

g) caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal deverá atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.4. Caberá ao gestor do contrato:
a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório de riscos eventuais;

d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**10. PAGAMENTO**

10.1. O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, cujos prazos serão limitados a:

a) 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;

b) 15 (quinze dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

10.2. O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização e devidamente acompanhada dos seguintes documentos atualizados:

10.2.1. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.2.2. Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;

10.2.3. Certidão que comprove a regularidade perante o Município da sede do contratado;

10.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

10.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

10.3. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.5. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

10.7. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.8. Caso o objeto da nota fiscal seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização ou do documento fiscal, a depender do evento.

10.9. Em caso de atraso no pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde se lê:

EM = Encargos moratórios

I = Índice de atualização financeira

N = nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

O Índice de atualização financeira – I, será calculado através da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

Onde se lê:

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

10.10. O pagamento efetuado pelo contratante não isenta o fornecedor de suas obrigações, sendo vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da aquisição.

## 11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste processo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

✓ Recursos Orçamentários: Fundo Municipal de Saúde de São João do Triunfo
CNPJ: 09.285.785/0001-60
Secretaria de Saúde

| Despesa | Organograma | Funcional | Natureza da despesa |
|---|---|---|---|
| 55 | 04.002 | 10.301.0003.1085 | 4.4.90.52.00.00 |
| Recurso: 00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) | | | |
| Recurso: 02500 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - ESTADUAL | | | |

## 12. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

12.1. O objeto da contratação não está previsto no Plano Anual de Contratações, tendo em vista que os Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes não têm a obrigatoriedade de registro do plano de contratações no PNCP, nos termos do art. 176, da Lei 14.133/2021.

## 13. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato.

13.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

13.5. O instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, se aquisição de pequeno valor e sem compromissos futuros, sendo que ficam mantidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, as quais vinculam as partes.

## 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**14.1.** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

**14.1.1.** Entregar os materiais e equipamentos em conformidade com as especificações, características, quantidades, marcas/modelos ofertados e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada;

**14.1.2.** Entregar os produtos em sua embalagem original, íntegra e adequada à natureza do produto, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, avarias, umidade, contaminação, alterações de características ou qualquer outra condição que comprometa sua utilização;

**14.1.3.** Para os produtos sujeitos à regulamentação sanitária, observar integralmente as exigências estabelecidas pela legislação sanitária vigente, inclusive quanto à regularização perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigida para o respectivo produto;

**14.1.4.** Entregar os materiais e equipamentos dentro do prazo e nos locais estabelecidos neste Termo de Referência, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, contendo a correta identificação dos produtos fornecidos;

**14.1.5.** Responsabilizar-se integralmente pelas despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, frete, carga, descarga, seguro e demais custos necessários à entrega dos produtos nos locais indicados pela CONTRATANTE;

**14.1.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento dos produtos, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, não sendo reduzida essa responsabilidade pela fiscalização ou pelo acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

**14.1.7.** Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização, os produtos que apresentarem defeitos, avarias, vícios, irregularidades, divergências em relação às especificações, quantidade ou marca/modelo ofertados, ou que forem recusados no recebimento;

**14.1.8.** Não substituir, sem prévia autorização da CONTRATANTE, os produtos ofertados por outros de marca, modelo ou características diferentes daqueles apresentados na proposta, salvo quando formalmente autorizado pela Administração e desde que o produto substituto atenda integralmente às especificações e condições estabelecidas na contratação;

**14.1.9.** No fornecimento de equipamentos, disponibilizar produtos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos manuais, acessórios e demais componentes necessários à sua utilização, quando previstos pelo fabricante;

14.1.10. Os equipamentos no qual a garantia não conste no descritivo técnico do item, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). O respectivo Termo de Garantia deverá acompanhar cada equipamento no momento da entrega, devendo o prazo de garantia ser contado a partir do efetivo recebimento do produto pela CONTRATANTE.

**14.1.11.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação e prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados durante a execução do objeto;

**14.1.12.** Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer ou impedir o cumprimento das obrigações assumidas, especialmente situações que possam ocasionar atraso na entrega dos produtos;

**14.1.13.** Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos que apresentarem vícios, defeitos, danos ou incorreções, observando o prazo estabelecido pela fiscalização;

**14.1.14.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais obrigações previstas na legislação pertinente, cuja inadimplência não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da contratação;

**14.1.15.** Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

**14.1.16.** Cumprir as normas e regulamentações sanitárias, técnicas e de segurança relacionadas aos produtos fornecidos, especialmente aquelas pertinentes aos materiais e equipamentos destinados à utilização nos serviços de saúde;

**14.1.17.** Ter pleno conhecimento e aceitação dos requisitos técnicos, das condições de fornecimento, do conteúdo deste Termo de Referência, do Edital e de seus anexos, bem como da legislação e das normas pertinentes ao objeto;

**14.1.18.** Indicar representante ou preposto para comunicação com a CONTRATANTE durante a execução das obrigações assumidas, sempre que necessário à adequada execução do fornecimento;

**14.1.19.** Cumprir integralmente os prazos, condições de entrega e demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, no Contrato, e nos instrumentos deles decorrentes.

**14.1.20.** Para o **Item 15 – Aparelho de Ar-Condicionado**, a CONTRATADA deverá realizar, além do fornecimento, a instalação completa dos equipamentos, incluindo a mão de obra, drenos e demais materiais e componentes necessários ao adequado funcionamento, conforme as especificações do fabricante e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**14.1.20.1.** A instalação dos equipamentos deverá ser realizada por profissional devidamente qualificado, ficando a CONTRATADA responsável pela apresentação da respectiva **ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica**, antes do início dos serviços.

**14.1.20.2.** A entrega e instalação dos equipamentos do Item 15 deverão ser realizadas no prazo máximo de 3**0 (trinta) dias**, contado do recebimento da solicitação de fornecimento ou instrumento equivalente.

## 15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**15.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**15.1.1.** Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias ao adequado fornecimento dos materiais e equipamentos, indicando os locais e condições para realização das entregas;

**15.1.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência, o Edital, o Contrato, e os instrumentos deles decorrentes;

**15.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais e equipamentos, por meio de servidor ou equipe especialmente designada, registrando as ocorrências relacionadas à execução do objeto e determinando as providências necessárias à regularização de eventuais falhas ou irregularidades;

**15.1.4.** Receber os produtos nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, no Edital, no Contrato, e nos instrumentos deles decorrentes, verificando sua conformidade com as especificações, quantidades e demais condições estabelecidas na contratação;

**15.1.5.** Inspecionar os produtos no momento do recebimento, podendo recusar, total ou parcialmente, aqueles que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas, apresentem defeitos, avarias ou irregularidades, ou que não atendam às condições previstas na contratação;

**15.1.6.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas, vícios, avarias, divergências ou irregularidades verificadas nos produtos fornecidos, estabelecendo prazo para sua substituição ou correção;

**15.1.7.** Solicitar a substituição dos produtos recusados, observadas as condições e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis;

**15.1.8.** Comunicar à CONTRATADA, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, para que seja emitida Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**15.1.9.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos produtos efetivamente fornecidos e devidamente recebidos, no valor e prazo estabelecidos no Termo de Referência, no Edital e seus anexos;

**15.1.10.** Aplicar à CONTRATADA, quando cabíveis, as sanções previstas na legislação, no Edital e no Contrato, observados o contraditório e a ampla defesa;

**15.1.11.** Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento das obrigações assumidas;

**15.1.12.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na legislação vigente;

**15.1.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados ao fornecimento do objeto, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 16. VALIDADE DO PRODUTO

16.1. Para o **item 11 – Material clínico**, os produtos que possuírem prazo de validade superior a 24 meses deverão ser entregues com, no mínimo, 80% do prazo de validade restante, contado da data de recebimento. Para os produtos com prazo de validade inferior a 24 meses, deverá ser assegurado, no mínimo, 90% do prazo de validade restante, contado da data de recebimento.
16.2. Caso o item 11 seja entregue em desacordo com as condições de validade estabelecidas, a CONTRATADA deverá realizar sua substituição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

## 17. DOCUMENTOS EXIGIDOS DAS EMPRESAS

**17.1.Habilitação Jurídica:**

a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio gov.br/empresas-e-negocios;

c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

d) Para Sociedades Simples: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado);

f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

17.1.1 Nas hipóteses das alíneas "e" e "f", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

17.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar os documentos pelo participante.

**17.2 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

17.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

17.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;

17.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;

17.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;

17.2.5. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;

17.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;

17.2.7. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**17.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

17.3.1. Para fins de habilitação econômico-financeira, será exigida exclusivamente a apresentação da **certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão pública, salvo se o documento possuir prazo de validade próprio.

**17.3.2.** Justificativa para a não exigência de qualificação econômico-financeira:

Considerando que o objeto desta contratação será executado mediante **fornecimento integral dos quantitativos previstos, sem previsão de entregas parceladas durante a vigência contratual**, não se identifica necessidade de exigir balanço patrimonial, demonstrações contábeis e índices de liquidez e solvência como condição de habilitação econômico-financeira.

A ausência de fornecimento parcelado reduz a necessidade de a contratada suportar financeiramente obrigações sucessivas ao longo da execução, uma vez que os produtos serão fornecidos integralmente no prazo estabelecido neste Termo de Referência, com pagamento condicionado ao efetivo fornecimento e recebimento pela Administração.

Dessa forma, considerando a natureza do objeto, a forma de execução e os riscos efetivamente envolvidos na contratação, a exigência de requisitos econômico-financeiros adicionais mostra-se desproporcional, razão pela qual **não serão exigidos balanço patrimonial, demonstrações contábeis ou índices econômico-financeiros para fins de habilitação**, nos termos do art. 62, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

A medida busca adequar os requisitos de habilitação às características da contratação, preservando a competitividade do certame sem comprometer a segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações assumidas.

**17.4. Qualificação técnica**

**17.4.1.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento prévio de materiais e/ou equipamentos médicos, odontológicos, móveis, eletrônicos e eletroeletrônicos, compatíveis em características com o objeto desta contratação.

**17.4.2.** Os atestado(s) deverão demonstrar aptidão para o fornecimento de produtos de natureza compatível com os itens para os quais a licitante apresentar proposta, não sendo exigida identidade absoluta entre os produtos fornecidos anteriormente e os itens desta contratação.

**17.4.3.** Não serão exigidos quantitativos mínimos para a comprovação da capacidade técnica.

**17.4.4.** Para o Item 15 – Aparelho de Ar-Condicionado, a licitante deverá apresentar Certidão de Registro da empresa e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT/CFT) da região da sede da licitante, dentro do prazo de validade. Caso a licitante vencedora seja sediada em outro Estado, deverá apresentar o respectivo visto junto ao conselho competente no Estado do Paraná como condição para assinatura do contrato ou início da instalação.

**17.4.4.1.** A licitante deverá comprovar o vínculo do responsável técnico com a empresa, mediante registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços, acompanhado da respectiva documentação de responsabilidade técnica perante o conselho profissional competente.

**17.4.4.2.** Para o Item 15, deverá ser apresentada comprovação de experiência anterior compatível com os serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado, mediante Atestado de Capacidade Técnica, acompanhado do respectivo documento de responsabilidade técnica.

**17.4.4.3.** A empresa vencedora deverá apresentar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, conforme o conselho profissional competente, referente aos serviços de instalação do equipamento, previamente ao início da execução dos serviços.

**17.5. REGULARIDADE SANITÁRIA**

**17.5.1.** Para os itens 4, 6, 8, 9, 10, 11, 16 e 17, a licitante deverá apresentar documentação que comprove a regularização sanitária dos produtos ofertados perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante apresentação do respectivo registro ou notificação, conforme o regime de regularização sanitária aplicável a cada produto, ou comprovação de sua isenção.

**17.5.2.** A documentação prevista no subitem anterior deverá corresponder aos produtos efetivamente ofertados, devendo permitir a identificação de sua compatibilidade com a descrição e as características técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**17.5.3.** Para o fornecimento dos produtos correspondentes aos itens 4, 6, 8, 9, 10, 11, 16 e 17, a licitante deverá apresentar Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, emitida pela ANVISA, com atividade compatível com a distribuição dos produtos para saúde objeto da contratação, admitindo-se, para sua comprovação, a respectiva publicação no Diário Oficial da União ou consulta à base oficial da ANVISA, desde que seja possível verificar a situação da autorização e sua titularidade.

**17.5.4.** Para o fornecimento dos produtos correspondentes aos itens 4, 6, 8, 9, 10, 11, 16 e 17, a licitante deverá apresentar Licença Sanitária, expedida pelo órgão sanitário competente, dentro do prazo de validade e compatível com a atividade desenvolvida e com os produtos objeto da contratação.

**17.5.5.** A documentação prevista nos subitens 17.5.1 a 17.5.4 ficará restrita aos itens sujeitos às respectivas exigências de regulamentação sanitária, não sendo exigida para os itens de mobiliário, informática, eletroeletrônicos, climatização e demais produtos que não estejam sujeitos às correspondentes exigências sanitárias.

**18 – CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

18.1. Menor preço por item.

**19. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato

_____

Valmir Cuhn
Responsável pela confecção deste TR

## ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 – PMSJT**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 102/2026**

Por este instrumento, a empresa _____, sediada em _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, outorga poderes a _____, portador do documento de identidade n° _____, inscrito no CPF/MF sob o n° _____, para representá-la no Pregão Eletrônico nº ____/2026 do Município de São João do Triunfo, podendo o mandatário praticar todos os atos relativos ao certame, notadamente: formular ofertas; assinar os documentos da licitação; negociar preços; interpor recursos ou renunciar ao direito de propô-los.

_____
(assinatura, nome e CPF do mandante)

## ANEXO III – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 – PMSJT**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 102/2026**

Prezado (as) Senhores (as):

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na ....., por meio de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299, do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), microempreendedor individual (MEI) ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

***Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**

a) Declaramos, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente Pregão Eletrônico, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) Declaramos, para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;

c) Declaramos estar cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos;

d) Declaramos que assumimos a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

e) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93, da Lei nº 8.213/91;

f) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021;

g) Declaramos que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

h) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº --/2026, instaurado por este Município, que o responsável legal pela empresa é o(a) Sr.(a) ----------, portador(a) do RG sob nº ----------, inscrito(a) no CPF sob o nº ----------, cuja função/cargo é ----------(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato;

i) Declaramos que não possui, em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III, do art. 5° da Constituição Federal.

j) Declaramos, para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordamos que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ( )

k) Caso altere o citado e-mail ou telefone, comprometemo-nos a protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de sermos considerados como intimados pelos meios anteriormente fornecidos.

l) Nomeamos e constituímos o (a) senhor (a)....., portador (a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o (a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao pregão Eletrônico nº _____ e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

São João do Triunfo --- de ------- de 2026.

_____
(nome e CPF, completo do representante da empresa e assinatura).
(nome e CNPJ, completo da empresa e assinatura).

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 – PMSJT**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 102/2026**

## ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO Nº ***/2026

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº ----------, com sede administrativa na ----------,----, Centro, em São João do Triunfo, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de -------, o Sr. ----------, brasileira, casada, inscrito no CPF sob nº ----------, portador da Cédula de Identidade nº ---------- SSP/PR., residente e domiciliado nesta cidade de São João do Triunfo, Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, nº_____, CEP: _____, na cidade de _____, Estado do _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. _____, portador da Cédula de Identidade, RG nº _____ SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado na cidade de São João do Triunfo, Estado do Paraná, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º ---/2026, no Pregão Eletrônico n° _____/2026, homologado em __ de _____ de 2026, publicado no Diário Oficial do Município----------, de ___ de _____ de 2026, edição nº _____, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; do Decreto Municipal nº 11.032, de 21 de novembro de 2023, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e demais legislações aplicáveis.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

**----------**

| Item | Descrição | Quant. | Unid. | Valor unit. (R$) | Marca/Modelo | Valor Total (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |

**VALOR TOTAL R$: ----------**

**Parágrafo Único:** Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II – A Proposta da Contratada;
III – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório – Pregão eletrônico nº ____/2026 – PMSJT.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR (ES) E FISCAL (IS):**

Indica-se como **GESTOR DE CONTRATO:** o Sr. _____, portador da cédula de identidade, RG nº _____, inscrito no CPF sob n° _____; como **FISCAL DE CONTRATO:** o Sr. _____, portador da cédula de identidade, RG nº _____, inscrito no CPF sob n° _____.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:**

O prazo de vigência da contratação será de até -- **(---is) meses**, tendo início em **__ de _____ de 2026 e com término em __ de _____ de 2026**, na forma dos artigos 105 e 111 , da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com a Contratada.

I – Em caso de prorrogação, deverá ser analisado se a Contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o Artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**Parágrafo Segundo: A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, conforme inciso II, da cláusula vigésima, do presente contrato.**

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

I – O valor total da presente contratação é de R$ xxxxxxx (valor por extenso);

II – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

**CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**:

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta-corrente, a serem indicados pela Contratada.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

I – O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, cujos prazos serão limitados a:

a) 15 (quinze)dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e

b) 15 (quinze) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

II - O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização e devidamente acompanhada dos seguintes documentos atualizados:

a) - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

b) - Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual da sede do contratado;

c)- Certidão que comprove a regularidade perante o Município da sede do contratado;
d) - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
e) - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
f) - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

III - Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
IV - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
V - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
VI - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
VII - Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
VIII - Caso o objeto da nota fiscal seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização ou do documento fiscal, a depender do evento.
IX - Em caso de atraso no pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP

Onde se lê:

EM = Encargos moratórios
I = Índice de atualização financeira
N = nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento
VP = Valor da parcela em atraso

O Índice de atualização financeira – I, será calculado através da seguinte fórmula:

I = (TX / 100) /365

Onde se lê:

I = Índice de atualização financeira
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

X - O pagamento efetuado pelo contratante não isenta o fornecedor de suas obrigações, sendo vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da aquisição.;

**CLÁUSULA OITAVA – DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA/RECIBO:**

**A CONTRATADA,** quando da emissão de notas fiscais/faturas/recibo, deverá fazer constar o Processo Licitatório - Pregão Eletrônico nº ____/2026 e o Contrato de Compra nº ____/2026 – PMSJT.

**Parágrafo Único:** As notas fiscais/faturas ou os recibos deverão ser emitidos em nome do **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO, inscrito no CNPJ nº ----------,** com as informações contidas na Nota de Empenho.

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

I – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em ___ **de** ___ **de 2026**;

II – Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;

III – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

IV – No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

V – Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

VI – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso II desta cláusula;

VII – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

VIII – O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas com o presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**----------**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS:**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam no Termo de Referência, anexo ao Processo de Licitatório – Pregão eletrônico nº ____/2026 – PMSJT.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO:**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

Conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº ----/2026.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

I – Os equipamentos deverão ser entregues na forma do disposto no item 8 do Termo de referência, Anexo I ao edital de Pregão Eletrônico nº --/2026.

II- Todas as despesas com frete, impostos e outros relacionados com o envio, ocorrerão por conta da conta da contratada.

III - A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos itens entregues, permitindo verificação de sua conformidade com as especificações.

IV - A empresa contratada suportará durante a garantia dos itens todos os custos relacionados a deslocamento para assistência técnica e reposição de peças até a sede do município licitante, salvo em casos em que há necessidade de equipamentos específicos para tais serviços.

V - Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito de fabricação, nos termos da lei.

VI - O equipamento deverá novo, em pleno funcionamento, com todos os componentes funcionando. Não será tolerada a entrega de equipamento usado.

VII – Demais condições estabelecidas no Termo de referência, Anexo I do Edital de **Pregão Eletrônico nº --/2026.**

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

I – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade da entrega realizada, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes do Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;

II– A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

III– O fiscal do contrato anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;

IV – A conformidade do material a ser entregue, deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada deste, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;

V – A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021;

VI – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

VII – Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto, nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;

VIII – A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Além das obrigações exigidas em Lei, o **CONTRATANTE** deverá:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e demais documentos anexos;
II – Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no presente contrato;
III – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações estabelecidas no presente contrato, no Termo de Referência, bem como na proposta da Contratada, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
IV – Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, irregularidades, vícios, defeitos e incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em partes, às suas expensas;
V – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, por meio de servidor especialmente designado;
VI – Comunicar a empresa para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;
VII – Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente contrato;
VIII – Aplicar à Contratada as sanções previstas em Lei e no presente contrato;
IX – Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
X – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, feitos pela Contratada, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, contados da data do protocolo do requerimento, conforme o art. 92, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

a) O prazo estipulado no presente inciso poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente motivado pela autoridade competente.

XI – Notificar os emitentes da (s) garantia (s) no contrato, quando houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
**Parágrafo Único:** O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
XII - Demais condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do edital.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além das obrigações exigidas em Lei, a **CONTRATADA** deverá:

I – Cumprir todas as obrigações constantes do presente contrato e demais documentos anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
II– Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

III – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

IV – Comunicar o Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

V – Atender às determinações regulares, emitidas pelo fiscal e gestor do contrato, ou autoridade superior, conforme determinado no art. 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

VI – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VII – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

IX – Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

X – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

XI – Comunicar aos fiscais do contrato, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou incidente que obste à execução do objeto contratual;

XII – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XIII – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação/qualificação na licitação/contratação;

XIV – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação, conforme artigo 116 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XV – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme artigo 116, § único da Lei Federal nº 14.133/2021;

XVI – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XVII – Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;

a) Para restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento formal à Administração, acompanhado de documentação comprobatória dos fatos alegados, ensejadores do eventual desequilíbrio;

b) O pedido a que se refere a alínea "a" deste inciso, dever ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação;

XVIII – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

XIX – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e/ou utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XX – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força de execução deste contrato;

XXI – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre as condições de segurança e disciplina;

XXII – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

XXIII – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XXIV – Indicar preposto para representá-lo durante toda a execução do contrato;

XXV – Emitir nota fiscal/documento fiscal, de acordo com a cláusula oitava do presente contrato;

XXVI – Demais condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do edital.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame/execução do contrato;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k)praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l)praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;

II – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:

a) **Advertência,** quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021);

b)**Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);

c)**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do inciso acima descrito, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

d)**Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Administração promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021);

2. Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

IV – Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);

V – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

VI – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente; VIII – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

IX – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º): a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para ao Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**Parágrafo Primeiro:** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração, ora Contratante, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

**Parágrafo Segundo:** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**Parágrafo Terceiro:** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

**Parágrafo Quarto:** O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

**Parágrafo Quinto:** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, são passíveis de reabilitação, desde que atendidos os requisitos constantes no art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO:

**O CONTRATANTE** poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

I – O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

II – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

III – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei

para a continuidade da execução contratual.

IV – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

V – A extinção do presente termo de contrato poderá ocorrer:

a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

VI – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas;

**Parágrafo Primeiro:** A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

**Parágrafo Segundo:** Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE, advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

**Parágrafo Terceiro:** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas: a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/PROPOSTA:

O presente contrato é oriundo do Processo Administrativo nº **2026/__/___ – Pregão Eletrônico nº ___/2026 – PMSJT**, bem como vincula-se à proposta da empresa vencedora, ora **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA CESSÃO/TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:**

**A CONTRATADA** não poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às sanções previstas neste contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS:**

Correrão à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:**

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**Parágrafo Único:** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:**

A abstenção por parte do MUNICÍPIO, ora **CONTRATANTE**, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:**

I – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e serão analisadas por meio de processo administrativo próprio;

a) Em caso de aprovação, o processo administrativo resultará na emissão de Anexo/Termo Aditivo, o qual integrará o presente instrumento contratual para todos os fins e efeitos de direito, bem como será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial/jornal de circulação local ou regional;

II– Os serviços não ajustados no presente contrato, que porventura venham a ser solicitados pelo **CONTRATANTE**, serão analisados individualmente, nos moldes expostos no inciso I, "a" desta cláusula, bem como nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitados os limites da Lei nº 14.133/21;

a) A **CONTRATADA** é obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

b) As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:**

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de São João do Triunfo/Pr e/ou em jornal de circulação local ou regional para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO:**

É eleito o Foro da Comarca de São João do Triunfo, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

São João do Triunfo, --- de ----- de 2026.

---

**Município de São João do Triunfo**
Contratante

Contratada

**GESTOR (A):**

_____

**FISCAL:**

_____

**TESTEMUNHAS:**

_____

---

**ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 – PMSJT**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 102/2026**

Apresentamos nossa proposta para execução do objeto descrito abaixo, conforme Edital De licitação – Pregão Eletrônico nº xx/2026, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo edital e seus anexos.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR:**

| | |
|---|---|
| NOME DA EMPRESA: | |
| CNPJ: | INSCRIÇÃO ESTADUAL: |
| REPRESENTANTE e CARGO: (Representante que irá assinar o contrato). | |
| RG – Órgão Emissor: | CPF: |
| ENDEREÇO COMPLETO: | |
| EMAIL e TELEFONE: | |
| BANCO, AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA: | |

**1. PREÇO PROPOSTO:**

| Item | Qtd | Und | Descrição | Valor unit. Max.R$ | Valor total R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| **01** | | | | | |

PROPOSTA TOTAL: R$ (Por extenso)

**3. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da sessão pública.

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do edital de Pregão Eletrônico nº ---/2026 e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

_____, em _____ de _____ de 2026.

_____

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Obs.: **Este modelo faz parte dos anexos do Edital de Pregão, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos.**

---

**DECLARAÇÃO**

**(APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA DE PREÇOS)**

**DECLARO QUE ESTOU CIENTE E DE ACORDO COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO E EM SEUS ANEXOS.**

1) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.

2) Garantimos que o equipamento será substituído, sem ônus para a entidade de contratação, caso não esteja de acordo às especificações e padrões exigidos.

3) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

4) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Banco:_____

Agência:_____

Conta Corrente:_____

Caso seja a empresa vencedora os pagamentos, vão ser depositados, na conta informada.

(colocar data e assinatura do representante legal)

**Obs.: A Proposta Comercial deverá conter razão social do licitante, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail válido do próprio participante.**